

Governadora diz que Rio sofre discriminação

RIO - Já não é de hoje que o governo do Estado do Rio se sente prejudicado na hora de receber investimentos do governo federal. Um relatório da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), divulgado nesta terça-feira, voltou a acender essa discussão. No estudo, o estado surge como o segundo maior arrecadador, mas aparece em penúltimo lugar em relação aos investimentos federais por habitante.

A participação do Rio no total das receitas administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) cresceu de 15,9% do total, em 1995, para 18,9% em 2004. Em contrapartida, os investimentos federais no estado caíram de 6,52% para 5,75% no mesmo período.

“Essa pesquisa só confirma o que venho dizendo desde o início do governo, que o Estado do Rio de Janeiro sofre discriminação por parte do governo federal. O reconhecimento desse fato por representantes da sociedade funcionará como mais uma voz na nossa luta por investimentos e recursos para o estado”, disse a governadora Rosinha Garotinho.

Nesta quarta-feira, empresários do Movimento Pró-Rio se reunirão com as

bancadas de deputados e senadores do estado.

Francis Bogossian, presidente da **Associação de Empresas de Engenharia do Estado (Aeerj)**, uma das entidades que formam o Pró-Rio, pretende apresentar na reunião de quarta-feira esse e outros dados, como forma de pressionar o governo federal a liberar os recursos para a implantação de projetos que ainda não saíram do papel por falta desses investimentos.

“Vou mostrar esses dados para eles. Estou esperançoso. Eles precisam ver que a governadora Rosinha Garotinho está fazendo um bom trabalho. Apesar de não contar com a ajuda federal, o governo está produzindo e arrecadando. Se o governo federal ajudar, o Estado do Rio vai arrecadar ainda mais”, acredita Bogossian.

Rio e Minas: situações opostas

Isso, no entanto, não tem sensibilizado o governo federal. Um exemplo é que de cada R\$ 100 em tributos recolhidos pela SRF no ano passado, R\$ 18,90 saíram do bolso dos fluminenses, mas só R\$ 5,75 voltaram ao estado sob a forma de investimentos federais. Já a situação de

Minas Gerais é inversa à do Estado do Rio. Sua contribuição caiu de 7,01% do total, em 1995, para 5,29% no ano passado. O estado, porém, recebia 9,34% dos investimentos federais em 1995 e passou a receber 13,03% do total distribuído entre as unidades da federação em 2004. Os dados fazem parte do estudo “Descasamento entre a arrecadação e o investimento: a situação do Estado do Rio de Janeiro”, coordenado pela Assessoria de Pesquisas Econômicas da Firjan.

Bogossian criou o movimento Pró-Rio exatamente para tentar mudar esse quadro desfavorável para o estado em termos de liberação de recursos. O Pró-Rio é formado por 12 entidades de classe, cujo objetivo é atrair recursos federais para implementação de projetos como o Arco Rodoviário, que vai ligar o Porto de Sepetiba às rodovias BR-116 (Rio-São Paulo) e BR-040 (Rio-Juiz de Fora), e a duplicação da BR-101 nos sentidos norte e sul.

No encontro desta quarta-feira, que tem o apoio da governadora, esse será um dos assuntos da pauta, assim como a construção de uma refinaria petroquímica no estado e a retomada das obras de Angra 3, entre outros projetos.

Para exemplificar o tratamento diferente recebido pelo Estado do Rio, Bogossian lembra que outras unidades da federação já foram beneficiadas com a liberação de recursos a fundo perdido para obras do metrô. No caso do metrô do Rio, a obra está sendo custeada com financiamento do BNDES por meio de empréstimos contratados e pagos pelo governo do estado.

“O que a gente estranha é que os metrôs do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais sempre foram executados com recursos da União, por meio da CBTU e a fundo perdido. Por que, para o Estado do Rio, foi feito como empréstimo? Não está certo”, critica Bogossian.

Ele calcula que os recursos liberados para esses estados já tenham totalizado pelo menos R\$ 49 milhões este ano, enquanto o Estado do Rio nada recebeu.

Outro motivo de reclamação é a expansão do metrô em Copacabana. O governo do estado trava uma briga na Justiça. Desde janeiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não repassa as parcelas do financiamento, apesar de decisões do Supremo Tribunal Federal atestarem a condição de adimplência do estado.